

PANORAMA QUILOMBOLA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: TERRA, EDUCAÇÃO E CULTURA.

Aluno: Paula Lannes Noronha dos Santos
Orientador: José Maurício Paiva Andion Arruti

Introdução

A primeira abordagem da questão quilombola por parte do estado do Rio de Janeiro se deu na forma de uma lei proposta em 1993 e sancionada em 1995, cujo texto determinava “a preservação e tombamento do patrimônio cultural de origem africana no estado do Rio de Janeiro”, sem que se fizesse qualquer referência a problemas relativos à posse e ao uso da terra por parte de comunidades negras rurais concretas. De outro lado, as primeiras iniciativas de discussão sobre o tema no plano da sociedade civil, surgiram neste ano de 1995, no bojo das comemorações pelo tricentenário de Zumbi dos Palmares, por iniciativa tanto de militantes do movimento negro quanto dos movimentos pela reforma agrária interessados em definir uma “agenda social” em torno da “redemocratização da terra”. Embora, naquele momento, uma única comunidade tenha participado de tais discussões (Comunidade de Campinho da Independência, situado no município de Paraty), ainda assim representada por um ex-morador, foi a partir desta mobilização que outro projeto de lei foi proposto naquele ano, com o objetivo de reconhecer “a posse definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos”. Este projeto, aprovado sucessivamente em todas as comissões internas à Assembléia Legislativa, foi vetado pelo Executivo estadual por “vícios de inconstitucionalidade”, sem que tais vícios fossem enumerados ou criticados.

Sem conexão aparente com tais iniciativas, o primeiro mapeamento das comunidades quilombolas no Rio de Janeiro foi empreendido pelo Ministério Público Federal em 1997. Sob a forma de um procedimento administrativo, o MPF solicitou informações sobre o tema à Secretaria de Estado da Cultura e a instituições ligadas ao movimento negro. Surgia, então, a primeira lista de comunidades do Rio de Janeiro, na qual só constavam os nomes das supostas comunidades e de seus municípios. Apenas a secretaria respondeu, indicando uma lista com as seguintes comunidades, que seriam objeto de “ações culturais”: Campinho (Parati), Rasa (Búzios), Quilombo dos Cocos e Coruacango (Campos), Maria Conga (Magé), Santana (Quatis) e Manoel Congo (Valença). Mais tarde constataríamos que algumas destas “comunidades” não constituíam mais que antigos “lugares de memória” desabitados ou reduzidos a ruínas ou, ao contrário, ocupados e desfigurados pela expansão urbana. Diante da precariedade das respostas, o MPF estenderia aquele procedimento, realizando uma consulta mais ampla, com o envio de ofícios às várias prefeituras do estado. A metade das prefeituras consultadas respondeu de forma sumária, com um simples “desconhecemos” ou “não há indicações” (Resende, Nova Friburgo, Volta Redonda, Rio das Flores e Barra do Piraí), enquanto a outra parte dos municípios respondeu evocando a história dos antigos quilombos, dos quais não tinham mais notícias (Campos, Macaé e Magé) ou, finalmente, apontando a existência de comunidades contemporâneas que a própria municipalidade identificava como passíveis de se enquadrar na categoria de remanescente de quilombo (Quatis e Parati).

A mobilização política provocada por este levantamento do MPF foi decisiva para a inclusão, no final de 1997, da comunidade do Campinho na lista das 50 comunidades que a FCP prometia reconhecer como remanescentes de quilombo em todo o país, assim como para que o executivo estadual voltasse sua atenção para o tema. Em junho de 1998, o ITERJ realizaria a primeira reunião destinada a encaminhar a regulamentação fundiária de

Campinho, firmando um convênio com a FCP para a identificação das áreas arroladas nos levantamentos já citados. Assim, em 1999, além dos laudos que levaram à titulação das terras de Campinho e Santana (este último título ainda sem efeito), foram reconhecidas oficialmente outras quatro comunidades, por meio de laudos antropológicos: Fazenda da Caveira (São Pedro D'Aldeia), Rasa (Armação de Búzios), Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis), e São José da Serra (Valença). Até o ano de 2007, porém, nem o governo estadual, nem o federal, tomariam qualquer iniciativa relevante com relação à regularização fundiária destas áreas, ou com relação ao levantamento de outros grupos com características e em situações semelhantes.

Ainda assim, o reconhecimento destas áreas fez emergir um novo campo de interesses em torno da questão quilombola no estado. Este campo se manifestou tanto no plano da produção acadêmica, quanto no plano da militância e assessoria. No primeiro caso, os esforços concentraram-se na Universidade Federal Fluminense, por meio do Laboratório de História Oral, que investiu sobre a reconstituição da memória dos mais velhos de várias destas comunidades, tendo por foco de interesse uma caracterização da vida cotidiana da pós-escravidão e das manifestações culturais tradicionais destes grupos. Neste caso os resultados só apareceriam muito recentemente, na forma de um livro e de um DVD. No plano da militância e assessoria, a partir do ano de 2000 foi criada uma articulação – envolvendo militantes, alunos de ciências sociais e direito, advogados populares, defensores públicos e procuradores da república –, organizada pelo Projeto Egbé-Territórios Negros de Koinonia, entidade ecumênica que se destacou na assessoria às comunidades quilombolas no estado do Rio de Janeiro. Este grupo passou a discutir tanto o andamento dos processos de regularização fundiária das áreas já reconhecidas, quanto situações de conflito emergentes. Neste caso, os efeitos foram mais imediatos e de caráter político e jurídico.

Desta mobilização surgiram comunidades cuja identificação se dava não mais a partir de um levantamento empreendido por qualquer órgão público, mas a partir das demandas concretas dos grupos, em razão de situações de perigo decorrente dos conflitos pela posse da terra, e de sua inserção no movimento quilombola a partir da relação com tais assessorias. Este foi o caso da comunidade quilombola da Ilha da Marambaia, cuja organização se deu em torno da resistência às tentativas de expulsão dos ilhéus por parte da Marinha de Guerra. Em 1999 a Pastoral de Itaguaí denunciou tais práticas expropriatórias à FCP e em 2000 a articulação entre assessorias e Ministério Público Federal redundou em uma Ação Civil Pública cujo maior efeito, até o momento, foi impedir o avanço das ações de expulsão e projetar o conflito na esfera pública nacional. Do mesmo modo, as comunidades de Preto Forro, em Cabo Frio, e Alto da Serra, em Rio Claro, organizaram-se politicamente, entre os anos 2000 e 2002, a partir da resistência à expropriação, possibilitada tanto pelo processo de formação pelo qual os grupos passariam, quanto pela assessoria jurídica relativa aos processos expropriatórios dos quais precisavam se defender. Essa dupla articulação dos grupos, com as assessorias e com as instituições do direito, redundaram, no caso de Marambaia e Preto Forro, não apenas na sua certificação pela FCP como comunidades quilombolas, mas na abertura de processos de regularização fundiária (Arruti e Figueiredo, 2005)

A partir de 2003, com as alterações promovidas pelo Decreto Federal nº 4887, que regula o dispositivo constitucional relativo às terras de quilombos, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) assumiu as atribuições relativas à demarcação e titulação dos territórios quilombolas. Paralelamente, este mesmo decreto implicaria na inclusão das comunidades quilombolas como público privilegiado (ação afirmativa) no seio de diversas políticas públicas, criando novas dinâmicas tanto para as agências oficiais, quanto para as próprias comunidades, que passaram a ter no acesso a tais políticas (até então fora do seu alcance, ainda que parte delas já tivesse um caráter nomeadamente universalista) uma segunda motivação para a auto-atribuição como quilombolas. Dentre tais políticas destacam-

se, sem dúvida, as relativas à cultura e à educação. Em decorrência disso, a questão ganha visibilidade, ampliando significativamente tanto o conhecimento das comunidades negras rurais e urbanas acerca dos marcos legais e das políticas que passaram a lhes ser favoráveis, quanto do público em geral sobre estas mesmas comunidades. Disto resultou, em 2006, novas listas de comunidades, entre elas a formulada pelo INCRA-RJ, tendo em vista a abertura de processos de regularização fundiária. Dela constam Alto da Serra (Rio Claro), Cabral (Parati), Pedra do Sal (Rio de Janeiro), Sacopã (Rio de Janeiro), Sobara (Araruama) e Gleba ABC (Campos). O tema, porém, continuou em expansão e atualmente o INCRA contabiliza, no estado do Rio de Janeiro, 31 comunidades quilombolas, entre aquelas já tituladas, as com processos de regularização fundiária em trâmite, ou mesmo outras em relação às quais o órgão declara elaborar “estudo preliminar”.

Justificativa:

Este plano de trabalho é vinculado ao projeto Panorama Quilombola no Estado do Rio de Janeiro: terra, educação e cultura do professor José Maurício Paiva Andion Arruti e tem como proposta um estudo geral sobre a questão Quilombola no Estado do Rio de Janeiro, mais especificadamente das questões fundiárias, antropológicas e educacionais.

Em relação à Educação, o que se pretende é analisar a estrutura educacional das comunidades quilombolas situadas no Rio de Janeiro, bem como estudar a história da educação dessas comunidades, procurando identificar que elementos existem nessa educação que não estão presentes nas demais, fazendo desta uma educação diferenciada.

Segundo a SECAD, já existe um apoio a formação de professores para que procurem estar mais inseridos nestas comunidades. Não só apoio pedagógico, mas como os incentivos a serem profissionais que consigam se comunicar da melhor maneira com seus alunos, sendo agentes representativos das comunidades. Desta forma, percebe-se a importância de estar preparando os professores para que primeiro compreendam e entendam a sua história para depois poderem passá-la.

As ações dirigidas a estas comunidades perpassam por temas como direitos humanos até artesanato, da ecologia à comercialização.

Por fim, vale salientar que uma escola quilombola diferenciada vai muito além do que uma escola com atenção diferenciada por estar em uma região perto de quilombos. A primeira necessita de ações como as que já vem ocorrendo desde o início dos anos 90, como a inserção de especificidades sociais e históricas dos quilombos no estudo corrente dos alunos, como também buscar implementar uma política educacional diferenciada para as comunidades quilombolas, como já acontece com os povos indígenas.

Objetivos:

Panorama da questão educacional: levantamento e análise das iniciativas educacionais formais e informais, genéricas e diferenciadas

Com a realização do Projeto busca-se inventariar e analisar as iniciativas mais importantes de educação voltadas para a população quilombola do Rio de Janeiro. O Projeto será realizado em dois anos e será dividido em três fases. A primeira fase resume-se a coleta de dados já existentes sobre essas comunidades. Será identificada e estudada toda a bibliografia sobre o tema, Censos Escolares, dados do PNERA e dados estatísticos. Estes documentos serão compilados afim de que se possa formar um panorama da educação quilombola no estado, no qual fique demonstrada a evolução dos indicadores educacionais relacionados às escolas, professores e alunos, disponíveis a partir de 2004. A segunda fase marcará um estudo mais dirigido, destacando alguns temas a comunidades específicas. Serão escolhidas de 3 a 5 municípios que mais se identifiquem com os enfoques educacionais que pretendemos analisar, fruto dos estudos realizados na primeira fase. Nesta fase será

realizado um inventário de iniciativas, agentes, debates que representem uma intervenção educacional quilombola. Por fim, a terceira fase será um estudo de casos, será a fase em que se irá identificar e analisar pelo menos uma situação específica que sirva como paradigma da educação que se entende ser a mais adequada para estas comunidades.

Este Projeto será finalizado com um trabalho escrito no qual se apresentará o resultado destes estudos num panorama mais geral e também especificado nas três fases descritas acima.

O meu objetivo em estar participando deste projeto é poder através dos conhecimentos que trago da área de Direito direcionar um olhar mais voltado aos direitos humanos, aos direitos políticos e os direitos das crianças e dos adolescentes buscando analisar a importância do direito à educação em regiões tão diferentes como os quilombos. Analisar como uma educação diferenciada promove a cidadania, uma sociedade mais tolerante, a auto-estima de populações secularmente excluídas e também a sua inserção desta população no mercado de trabalho. Assim, passam a ter mais contato com a sua cultura, entendendo sua herança podem melhor lutar pela história de seu povo. Em direito, estudamos que o direito da igualdade não é exercido quando se trata todos da mesma forma e sim quando se trata de forma diferenciada aqueles que são diferentes e iniciativas como essa permitem não só o contato mais direto com essa população, como o reconhecimento e importância desta para a nossa história. Coincidindo, desta forma, a educação diferenciada com a real aplicação deste princípio. No campo jurídico vem cada vez mais sendo debatido como conseguir que os direitos fundamentais dos seres humanos sejam respeitados e é nesta interdisciplinaridade que se pode encontrar uma melhor aplicação destes.

Tem, por fim, o grande anelo de aprender com a educação como permitir um maior acesso aos direitos. Já que sei que é através de uma educação melhor que conseguimos formar seres melhores, nos quais um dia não precisaremos criar mais leis para que se possa garantir os direitos de todos, pois os seres que teremos respeitaram as diferenças sem que para tanto sejam coagidos.

Plano de trabalho:

No primeiro ano de estudo enfocaremos a primeira e a segunda fase do plano geral proposto no projeto de pesquisa ao qual esta bolsa está vinculada. Nos meses de março e abriu foi realizada a pré-pesquisa, com programas de leituras para nivelamento dos participantes. Em seguida, dos meses de abriu à Agosto de 2009 foi iniciado o estudos da primeira fase, que corresponde ao levantamento e análise da bibliografia e dos dados gerais sobre os quilombos no Estado do Rio de Janeiro.

Depois, começaremos o estudo da segunda fase que se estenderá até fevereiro de 2010, no qual serão produzidos dados de informações gerais sobre um conjunto restrito de 3 à 5 municípios escolhidos na fase anterior aonde existam comunidades quilombolas. Em janeiro de 2010 apresentaremos um relatório parcial no segundo seminário do projeto No segundo ano, serão finalizados os estudos da segunda fase e depois passaremos a fazer os estudos de casos, que correspondem à terceira fase até o final do ano, nos últimos meses apresentaremos o trabalho de encerramento do Projeto. Esta bolsa corresponde às 2 primeiras fases.

Cada final de fase se apresentará em um seminário o trabalho realizado, o que entendemos, aprendemos com o estudo realizado.

As atividades totalizarão 16 horas semanais de pesquisa orientada, mais 4 horas semanais de reuniões com os coordenadores do projeto mais os participantes. Nestas reuniões serão coletadas as pesquisas e estudos e serão discutidas as tarefas realizadas e leituras sobre os temas indicados pelo orientador. Na primeira semana de cada mês faremos um estudo com pesquisas, na segunda iremos fazer pesquisas mais intensivas, na terceira semana voltaremos

ao estudo integrado com a pesquisa e por fim faremos um seminário interno com os demais coordenadores para, assim, fazer um fechamento do mês.

Os materiais que serão usados na primeira fase são o Censo Educacional, e o levantamento de documentos e dados sobre quilombos no estado do Rio de Janeiro. Na segunda fase, documentos e dados sobre educação quilombola nos diferentes estados do país, entrevistas focadas na temática da educação diferenciada (rural, indígena e quilombola) junto à secretaria de educação do estado do Rio, universidades, centros de pesquisa e organizações não-governamentais e entrevistas sobre educação junto às populações quilombolas junto às secretarias de educação municipais (municípios do sul do Estado escolhidos ao longo da 1ª. Fase), assim como em centros de pesquisa e organizações não-governamentais atuantes nos locais.

Ano de 2009:

Atividades	Jan/	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Nivelamento Bibliográfico			X	X								
Levantamento de dados consolidados				X	X	X	X	X				
Produção de dados novos em relação aos municípios escolhidos								X	X	X	X	X

Ano de 2010:

Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul
Produção de dados novos em relação aos municípios escolhidos	X	X					
Pesquisa de Campo			X	X	X	X	X

Metas:

a) sistematizar as informações acerca das comunidades quilombolas fluminenses, não apenas tornando-as comparáveis entre si, mas possibilitando o diálogo com a rede de grupos constituídos em outros estados da federação, de modo a colaborar para a comparação dos contextos estaduais e regionais, em busca de pontos de contato, colaboração, complementação e crítica.

b) produzir conhecimento que seja capaz de subsidiar pesquisadores, militantes, comunidades e policy makers, além de oferecer ao conjunto de pesquisadores envolvidos com a temática quilombola no estado uma base de dados referencial.

c) oferecer espaço de formação para jovens estudantes e pesquisadores interessados na temática por meio do trabalho na equipe ampliada do projeto;

d) oferecer espaço de formação para quilombolas das comunidades do estado por meio da colaboração orientada com a equipe ampliada do projeto;

Bibliografia.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – uso comum e conflito”. In HÁBETTE, J.; CASTRO, Edna (org.). Na Trilha dos Grandes Projetos. Belém, NAEA/UFPA, 1989.

ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. A educação do negro na comunidade de Monte Alegre-ES; em suas práticas de desinvisibilidade da cultura popular negra. 2007. 1v. 232p. Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo – Educação.

ARANTES, Rogério Bastos. Ministério Público e Política no Brasil. São Paulo, Edusc/ Sumaré/ Fapesp, 2002.

ARROYO, Miguel e FERNANDES, Bernardo Mançano. Por uma educação básica do campo: a educação básica e o movimento social no campo. V.2. Brasília, 1999.

ARRUTI, José M. 2008. “Quilombos”. Em: Osmundo Pinho e Lívio Sansone (org.) Raça – novas perspectivas antropológicas. Salvador: ABA/EdUFBA, p. 315-350.

ARRUTI, José M. 2006. *Mocambo – Antropologia e História do processo de formação quilombola*. Bauru/São Paulo: Edusc (Prêmio EDUSC-ANPOCS /2005).

ARRUTI, José M. e FIGUEIREDO, André. “Processos Cruzados: configuração da questão quilombola e campo jurídico no Rio de Janeiro” in Boletim Informativo NUER/ Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas – v. 2, nº. 2. Florianópolis, NUER/UFSC, 2005.

BARTH, Fredrik. “Os Grupos Étnicos e Suas Fronteiras” in O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas. Rio de Janeiro, Contracapa, 2000.

BENJAMIN, César e CALDART, Roseli Salete. *Por uma educação básica do campo: projeto popular e escolas do campo*. V.3. Brasília, 1999.

BRUNER, Jerome. A cultura da educação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural – traços de uma trajetória. In.: THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre (coords). Educação e Escola no Campo. Campinas: Papirus, 1993, p. 15-40.

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In.: *Por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas*. V. 4. Brasília, 2002, p. 25-36.

CARDOSO, Maria da Graça Reis. A Educação nas Áreas Remanescentes de Quilombos no Maranhão: um estudo da realidade educacional das comunidades negras rurais de Castelo e Cajueiro no município de Alcântara. 2005. 3v. 149p. Mestrado. Universidade Federal do Maranhão – Educação.

CARNEIRO, Maria José. “Ruralidade: novas identidades em construção”, in Estudos Sociedade e Agricultura, nº. 11, Rio de Janeiro, CPDA-UFRRJ, outubro de 1998.

CASTELLANO, Maria. A participação no Campinho da Independência: caminhos para sociedades sustentáveis. 2002. 1v. 228p. Mestrado. Universidade de São Paulo- Ciência Ambiental.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de e SADECK, Maria Tereza. O Ministério Público Federal e a Administração da Justiça no Brasil. São Paulo, IDESP/Sumaré, 1998.

FIGUEIREDO, André Luiz Videira de. “O Ministério Público: entre o direito e a política”. In Tempo e Presença n°. 338. Rio de Janeiro, KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, novembro/ dezembro de 2004.

GENTILE, Paola; BENCINI, Roberta. Diversidade Cultural e Educação – Remanescentes de Quilombos Descobrir a Própria História. Revista Nova Escola. Ed. 165. 2003. (Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0165/aberto/mt_248264.shtml)

GHANEM, Elie. Processo de elaboração de políticas e programas. In: _____. Mudança educacional: inovação e reforma: relatório científico 2: final. v. 2. São Paulo, 2006. p. 252-285

GOMES, Mariano, et al. Programa Assentados, Quilombos e Comunidades Indígenas: Alfabetização e Segurança Alimentar de Jovens e Adultos no Semi-árido Norte Mineiro – 2004/2005. Anais do 8º Encontro de Extensão da UFMG, Belo Horizonte. Out. 2005.

GONÇALVES, José R. dos Santos. 2007. “Os Limites do Patrimônio”. Em: Manuela Ferreira L. Filho, Cornelia Eckert e Jane Beltrão (org.) Antropologia e Patrimônio Cultural – diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, p. 239-248.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes, Raças e Democracia. São Paulo, FUSP/ Editora 34, 2002.

HABERMAS, Jürgen. Facticidad y Validez: sobre el derecho y el Estado democrático de derecho en términos de teoría del discurso. Madrid, Editorial Trotta, 2005.

JESUS, Elivanete Alves de. As Artes e as Técnicas do Ser e do Saber/ Fazer em Algumas Atividades no Cotidiano da Comunidade Kalunga do Riachão. 2007. 1v. 131p. Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Rio Claro – Educação Matemática.

JESUS, Ilma Fátima de. Educação, gênero e etnia: um estudo sobre a realidade educacional feminina na comunidade remanescente de Quilombo de São Cristóvão. 2001. 1v. 295p. Mestrado. Universidade Federal do Maranhão – Educação.

KOLLING, Edgar, NERY, Israel e MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). *Por uma educação básica do campo*. V.1. Brasília, 1999.

LEÃO, Jacinto Pedro Pinto. Etnomatemática Quilombola: as relações dos saberes da matemática dialógica com as práticas socioculturais dos remanescentes de quilombo do Mola-Itapocu/PA. 2005. 1v. 157p. Mestrado. Universidade Federal do Pará – Educação em Ciências e Matemática.

LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Laudos Periciais Antropológicos em Debate*. Florianópolis, NUER/ABA, 2005.

MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira Marques. A pluralidade cultural e a proposta pedagógica na escola – Um estudo comparativo entre as propostas pedagógicas de uma escola de periferia e uma escola de remanescentes de quilombos. 2004. 1v. 171p. Mestrado. Universidade Católica Dom Bosco – Educação.

MELO, Paula Balduino de Melo. Brasil. Análise da Mobilização Política das Comunidades Remanescentes de Quilombos. VII RAM – UFRGS, Porto Alegre. 2007.

NASCIMENTO, Lisangela Kati do. Identidade e territorialidade : os quilombos e a educação escolar no Vale do Ribeira.. 2006. 1v. 137p. Mestrado. Universidade de São Paulo – Geografia (Geografia Física).

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. Estudos Afro-Asiáticos. vol. 25 n. 3. 2003.

OLIVEIRA, Iolanda de, et al. (orgs). Negro e educação 4: linguagens, resistências e políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa; ANPED, 2007.

OLIVEIRA, Íris Maria de. Anotações metodológicas sobre o trabalho com comunidades e grupos populares na perspectiva da educação popular. Extensão. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Trabalho Social. Maio\jun de 2006.

OLIVEIRA, Rachel. Leituras, imagens e construção de identidade. (Disponível em: <http://www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2004/rab/tetxt2.htm>)

OLIVEIRA, Sandra Nivia Soares de. Mangal e Barro Vermelho. 2006. 1v. 186p. Mestrado. Universidade do Estado da Bahia – Educação e Contemporaneidade.

PARÉ, Marilene Leal, et al. A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalunga do Engenho II (GO). Cad. Cedes, Campinas. Vol. 27, n. 72, p. 215-232, maio\ago. 2007

PAZ, Maura Rosa de Paula. “Revisitando a história e a construção da identidade nos quilombos - subsídios para uma educação libertária do afrodescendente”. X Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos (ALADAA). Rio de Janeiro, 2000 (disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa>)

PELLIZZONI, Gisela Marques. MIRANDA, Sonia Regina. De relicários a janelas: Objetos materiais como mensageiros da investigação escolar. Educação em Revista. n. 47 p. 197-216, ju. 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Campesinato Brasileiro. Petrópolis, Editora Vozes, 1976.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo, Ática, 1993.

REVEL, Jacques (org.). 1998. Jogos de Escalas – a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV.

SÁ, Laís Mourão. O Pão da Terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense. São Luiz, Edufma, 2007.

SADECK, Maria Tereza (org.). O Ministério Público e a Justiça no Brasil. São Paulo, IDESP/Sumaré, 1997.

SANTANA, Carlos Eduardo Carvalho. Processos Educativos na Formação de uma Identidade em Comunidades Remanescentes de Quilombos: um estudo sobre Barra, Bananal e Riacho das Pedras. 2005. 3v. 451. Mestrado. Universidade do Estado da Bahia – Educação e Contemporaneidade.

SANTOS, Maria dos Anjos Lina dos. Memória e educação na comunidade quilombola de Mata Cavalo. 2007. 1v. 115p. Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso – Educação.

SANTOS, Mariléia do. A história da educação uma abordagem sobre a escolarização de afro-brasileiros. 24ª. Reunião Anual da ANPED (GT 02 História da Educação). Caxambu, 2001 (disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/24/tp.htm#gt2>)

SEAF. Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, SEAF, 1991.

SILVA, Ana Rita Santiago da. Projeto Educacional do Quilombo Asantewaa: uma alternativa possível?. 2005. 3v. 421p. Mestrado. Universidade do Estado da Bahia – Educação e Contemporaneidade.

SILVA, Lígia Maria Stefanelli. A cerâmica utilitária do povoado histórico Muquém: a Etnomatemática dos remanescentes do Quilombo dos Palmares. 2005. 1v. 121p. Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Educação Matemática.

SILVA, Regina Helena Alves da. BORBA, Denísia Martins. Projeto de Quilombos: Comunidade Negra dos Arturos. Anais do 7º Encontro de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Set. 2004.

SOUZA, Ana Luiza de. História, educação e cotidiano de um quilombo chamado Mumbuca/MG. 2006. 1v. 117p. Mestrado. Universidade Estadual de Campinas – Educação.

SUNDFELD, Carlos Ari (org). Comunidades Quilombolas: direito à terra. Brasília, FCP/MinC/Editora Abaré, 2002.

WERNECK VIANNA, Luiz e BURGOS, Marcelo. “Revolução Processual do Direito e Democracia Progressiva”. In A Democracia e os Três Poderes no Brasil. Rio de Janeiro/Belo Horizonte, Editora UFMG/IUPERJ, 2002.

WERNECK VIANNA, Luiz; BURGOS, Marcelo Bauman; SALLES, Paula Martins. Dezesete Anos de Judicialização da Política. Cadernos Cedes nº. 08, Rio de Janeiro, Iuperj, 2006.

WOLF, Eric R. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

VIDOTO, Daniela Galvão. A cultura na escola da comunidade de quilombo do Sapatú - Eldorado/SP. 2006. 1v. 159p. Mestrado. Universidade de Sorocaba – Educação

VILA REAL, Risolindo Neto de Souza. Cultura e currículo: um estudo da escola Kalunga. 1997. 1v. 224p. Mestrado. Universidade Federal de Goiás – Educação.

VILAS, Paula Cristina. A voz dos quilombos: Na senda das vocalidades afro-brasileiras. Horizontes Antropológicos. n. 24 p. 185-197. Jul\dez. 2005